



## DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO BÁSICA (1964-1974): POLÍTICAS E CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO FORMAL

Gabriela de Souza Borges<sup>1</sup>  
Paulo Sergio Osorio<sup>2</sup>

**Resumo:** este artigo tem como objetivo refletir acerca das políticas para a educação básica implementadas pela ditadura civil-militar durante a primeira década (1964-1974), em contraposição aos projetos em discussão no período imediatamente anterior. Sendo que estes projetos refletiram de forma significativa na estrutura e desenvolvimento educacional durante o regime militar, que ao longo dos primeiros 10 anos sofreram mudanças no sistema educacional baseadas nas políticas educacionais articuladas pelo governo que caracterizam o ensino deixando desestruturado e precário, que essas mudanças ainda atingem o sistema educacional atualmente pois ainda está introduzido resquícios dessas políticas no meio educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; História; Ditadura Militar; Escola; Currículo.

### 1. Introdução

No Brasil foi instaurado o regime civil-militar em 1 de abril 1964 e se estendeu por um período de 21 anos até 15 de março 1985. A ascensão do regime militar se deu por meio de um golpe que provocou a deposição do então presidente, João Goulart. Tratou-se de um golpe civil-militar que contou com a participação de diversos setores da sociedade, como da própria igreja católica, materializado na primeira marcha da família com Deus pela liberdade, ocorrido em 19 março de 1964, manifestando-se contra as reformas de base articuladas pelo governo de João Goulart. Ao tomar posse do governo, os militares introduziram diversas mudanças de cunho ideológico com reflexos no cotidiano social, político, econômico e cultural do povo brasileiro. De caráter conservador, as ações implementadas pelos governos ditatoriais foram se tornando cada vez mais opressivas e repressivas, com o emprego da censura e da violência contra a liberdade de expressão e de manifestação. Esse quadro, também teve reflexos nas políticas para a educação básica e no currículo, com elementos ideológicos que visavam enaltecer o regime e desviar o foco dos reais problemas enfrentados pela ampla maioria da população brasileira,

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor do curso de História da Universidade do Sul Extremo Catarinense.

marcada por abismos sociais e econômicos. Sem dúvidas, alterou e marcou profundamente o cotidiano das escolas e dos alunos. Este artigo tem como objetivo geral trazer algumas reflexões acerca das políticas para a educação básica implementadas pela ditadura civil-militar durante os anos de 1964 e 1974, que corresponde aos primeiros dez anos do regime no país, foi escolhido devido ao fato de ser os anos que aconteceram as primeiras mudanças no sistema escolar, e como objetivos específicos contextualizar o sistema educacional antes da ditadura civil-militar, compreender o desenvolvimento educacional durante a ditadura civil-militar, e quais as principais mudanças na educação, período este que passou por três mandatos distintos, cada um repercutindo de maneiras diferentes na educação básica e no currículo, sendo o primeiro de Humberto Castelo Branco (1964-1967), Artur Costa e Silva (1967-1969), o governo da junta militar e do general Garrastazu Médici (1970-1974). Para tanto, utilizaremos como fonte e metodologia a pesquisa bibliográfica em livros e artigos relacionados com a história da educação, currículo e cotidiano escolar.

Desde o começo do século XX, o sistema educacional brasileiro havia se tornado tema de maior repercussão em âmbito nacional pois era precário, possuía baixos investimentos, avaliava-se que não tinha a devida atenção do governo, não garantia educação igualitária para todos os alunos, apenas uma pequena parcela da população conseguia frequentar a escola e se formar no ensino fundamental e médio, como resultado dessa precarização mais da metade da população brasileira era analfabeta ou frequentavam apenas os primeiros anos do fundamental, o sistema carecia de mudanças na estrutura escolar.

Diante deste quadro, foram estipulados por educadores e políticos ideias possíveis para solucionar essa questão que cercava a população brasileira. A primeira solução foi a implantação de uma lei, cuja discussão vinha se arastando desde os governos de Getúlio Vargas, mas que só foi aprovada e publicada em 20 de dezembro pelo presidente João Goulart. Tratava-se da primeira LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira (nº 4.024/61). No ano seguinte, e vinculado à LDB, foi lançado Plano Nacional de Educação – PNE/1962 que, dentre suas metas estabelecia que era responsabilidade do poder público instituir escolas de todos os graus. Para o ensino primário estabelecia matrícula até a 4ª série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos e matrícula na 5ª série e na 6ª série de 70% da população escolar de 12 a 14 anos:

Em síntese o plano previa a escolarização de 100% da população de faixa etária de 7 a 14 anos, no primário, e nas duas primeiras séries ginasiais e de 50% da população de 13 a 15 anos, nas duas últimas do ginásio, bem como 30% de escolarização para a faixa etária de 15 a 18 anos, nas séries colegiais. (ROMANELLI, p, 186).

A partir de 1964 devido a implantação dos governos ditatoriais, o sistema educacional brasileiro sofreu modificações, a LDB foi praticamente esquecida, o ensino assumiu uma nova roupagem baseada nos interesses ideológicos do novo regime, com a adoção de políticas que buscaram reorganizar o ensino com base na realidade política, econômica e do “mercado de trabalho”, que carecia de mão de obra qualificada, estabelecendo como prioridade o ensino técnico e seguindo a orientação tecnicista, já que havia poucas vagas no ensino superior. Esse quadro reforçou o modelo de escola “dual”, acentuando a separação entre escola para ricos e escola para pobres.

O currículo escolar foi modificado para atender as demandas do regime ditatorial, impactando no cotidiano escolar e nos processos de ensino e aprendizagem. Algumas disciplinas tiveram sua estrutura modificada, outras foram excluídas, principalmente da área de humanas, enquanto que outras foram adicionadas, com novas temáticas vinculadas à política e à institucionalidade, como Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira.

Por outro lado, muitas das “promessas” não foram cumpridas, criando um clima de crise na educação brasileira, com baixos investimentos, redução dos salários dos professores, o ensino técnico não abrangeu todas as escolas e obteve os investimentos necessários para desenvolvê-lo, além de sucatear e precarizar o ensino básico:

Que elenca algumas razões desses problemas: os prédios eram adaptados; os espaços muitas vezes não estavam disponíveis; alguns administradores escolares passavam a cobrar taxas, pois esse nível de ensino não estava posto legalmente como gratuito até então. (CUNHA, 2015, p. 37).

### **1.1 Contraponto: as políticas para a educação no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964**

Durante a década de 1960, o país passava pelo processo conhecido como desenvolvimentismo-nacionalista, iniciado década de 1940, tendo como característica o industrialismo, o reformismo e a modernização. O país passava por uma série de mudanças desencadeando o crescimento da industrialização e do comércio<sup>3</sup>, pois, o mercado brasileiro estava abrindo as portas para novas empresas estrangeiras, desenvolvendo novas perspectivas econômicas no país. Essas transformações acabaram acarretando mudanças simbólicas no cotidiano econômico-social dos brasileiros, por isso o desenvolvimentismo foi designado como

---

<sup>3</sup> Até a década de 1950, o Brasil era considerado um país eminentemente agrícola. Esse quadro começou a mudar lentamente, sobretudo a partir da década de 1940 com a ampliação do processo de industrialização que, por sua vez, produziu impactos nas áreas urbanas.

o resultado dessas concepções, possibilitando um olhar mais significativo acerca do Brasil e dos brasileiros, a industrialização era uma perspectiva nova para o cotidiano do mercado brasileiro veio ao longo dos anos se adaptando de acordo com a demanda, devido a população em geral trabalhar com a agricultura e outros meios, não obtinha experiência no meio industrial.

O mercado de trabalho carecia de mãos de obra qualificada, novas políticas públicas e ideológicas foram sendo desenvolvidas para dar procedimento no carácter progressista nacional, perante a isto o foco para dar continuidade aos órgãos públicos visaram que a educação era principal meio de perpetuar o desenvolvimentismo em âmbito nacional, por isso entram na discussão sobre a relação entre economia, sociologia-antropologia intelectuais como segundo Santos (2019, p. 2) “Celso Furtado e Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Anísio Teixeira que indicaram as possibilidades de um processo civilizatório autônomo latino-americano em especial brasileiro, tendo como base as mudanças na educação”.

Estes deram seu parecer sobre a educação no Brasil, que apesar do movimento progressista nacional o sistema educacional era desvalorizado e precário, acarretando um grande percentual de analfabetismo no país, durante o ano de 1960 a discussão em volta da educação ganhou novos olhares sobre novas perspectivas de melhorar o ensino, partindo do combate ao analfabetismo e a ampliação do ensino básico, trazendo a ideia de educação democrática para todos, pois era a base da formação dos cidadãos em geral, e carecia de mudanças, em consenso após as discussões sobre o tema esses pensadores construíram os planos nacionais de educação sobre influência do desenvolvimentismo que perpetuaram na aprovação da primeira LDB em 20 dezembro Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 seu período de formulação foi de 1947 e 1961 foi um plano que entrou em discussão durante o governo de Getúlio Vargas mas no começo não obteve o devido apoio pois envolvia interesses liberais escolanovistas que defendiam a escola pública e a centralização do processo educativo pela União, e por outro lado os católicos cujo o ponto central era a escola privada e a não interferência do estado nos negócios educacionais, acabou trancando o projeto durante um tempo, após isso dentre destes embates a LDB foi concedida dentro de um regime liberal populista construída com as concepções de liberdade, preservar direitos e deveres individuais, da família, em 1962 foi vinculada com a LDB e lançado a PNE-1962 Plano Nacional de Educação:

Propôs em seu planejamento organizacional compromisso das unidades da federação e suas responsabilidades com a educação nacional, matrícula até a 4ª série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos e matrícula na 5ª série e na 6ª série de 70% da população escolar de 12 a 14 anos, sendo metas que foram estipuladas a serem compridas até 1970. (GHIRALDELLI, 2015, p.136).

Era norteadora dos três graus de ensino o primário, o médio e o superior, divididos de acordo com as etapas escolares sendo o primeiro grau que compreendia os maternais, jardins de infância e o ensino primário de quatro anos e o grau médio abrangendo os dois ciclos o ginásial e o colegial, a língua estabelecida era a nacional, a obrigatoriedade era que todas as crianças a partir dos 7 anos ingressassem nas turmas regulares para pessoas acima dessa idade eram feitos cursos especiais supletivos compatíveis com o nível de desenvolvimento particular, a ideia era estender a duração do primário para até 6 anos, nos últimos 2 anos.

O ensino de grau médio, que era destinado a formação de adolescentes, se dividia em dois ciclos: o ginásial e o colegial, o ginásial terá duração de quatro séries anuais e o colegial de três no mínimo, o ginásial que abrangia o secundário e os cursos técnico-industrial, agrícola e comercial, vindo depois ciclo colegial de três anos, com modalidades de clássico e científico que complementavam o secundário, bem como as formações que finalizavam o primeiro ciclo de natureza técnica nestes dois ciclos cada qual tinha a obrigatoriedade de pelo menos ter 5 disciplinas obrigatórias e no máximo 7, cabia a decisão do número de disciplinas da grade escolar a avaliação dos conselhos estaduais de educação incluindo também do curso normal voltado para a formação de professores, e o grau superior compreendendo os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Entre embates na educação também estava envolvido no meio organizacional na educação o CFE- Conselho Federal de Educação, vinculado com a LDB nas aprovações ou regulamentação do ensino:

*A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 1961, apresentou diversas lacunas. Entre os anos de 1962- no qual o CFE foi instalado e 1966, o Conselho assumiu a postura de propor modelos educacionais, mediante a elaboração de doutrinas e jurisprudência ao emitir parecer técnico sobre os temas apresentados à sua análise. [...]. Os conselheiros tinham a consciência de que, mediante seus pareceres, estavam criando legislação, mesmo quando isso significasse alterar o que estava em vigor (ROTHEN, 2008, p.455).*

Este órgão também influenciou na organização do sistema educacional e estipulou a adição de novas disciplinas no currículo: português, história, geografia, matemática e ciências.

Os conselhos estaduais desenvolveram novas disciplinas como desenho e organização social e política brasileira; ou duas línguas estrangeiras modernas e filosofia, apenas para o segundo ciclo, outra possibilidade estipulada era as disciplinas optativas que eram escolhidas pelo órgão educacional de acordo com os interesses da instituição.

Como se observa, a base curricular acima descrita produzida pelo CFE e pelos conselhos estaduais a partir das prescrições da LDB 4.024/61 correspondeu a um desejo da sociedade brasileira daquela época de massificar a ação educativa, colocando-a como um sustentáculo que deveria funcionar a luz da produção em série típica da natureza dos processos industriais, cujo o aprimoramento era considerado necessário para a geração das riquezas capazes de levar o país a superar as barreiras do subdesenvolvimento econômico e cultural. (MARCHINELLI, 2014, p.1489).

Mesmo com processo de organização educacional, a escola ainda permanecia excludente e acabou se unindo ao meio fabril ajudando a realização do projeto político dos governos populistas que se sucederam de 1930 a 1964, ocasionando uma crise, pois o projeto foi baseado na educação de países considerados de primeiro mundo, do qual o Brasil estava longe da realidade de muitos destes, por isso alguns projetos revolucionários não se perpetuaram devido ao fato de ser um sistema de ensino fragilizado e cansado, pois perante as novas leis lançadas a escola abriria as portas para novos olhares vinculados com o meio capitalista industrial pois se torna massa de manobra para a preparação de profissionais de todas as áreas de trabalho necessárias para o desenvolvimento do capital de consumo da sociedade.

A partir de 1964 após o golpe civil-militar, a LDB foi praticamente esquecida, a PNE, foi extinta e outras políticas educacionais foram perdendo espaço para novas tendências que seriam implantadas no meio educacional.

## **1.2 Golpe (políticas do governo Jango X opositores)**

O governo de João Belchior Goulart estendeu-se entre setembro de 1961 até abril 1964, conhecido como Jango era da cidade de São Borja-RS, foi político e advogado, assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, pelo PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, assumiu durante uma crise política, o exército não aceitava a posse de Jango, a crise foi desencadeada por grupos ligados a esquerda liderados por Lionel Brisola, que iniciaram uma campanha legalista defendendo a posse de João Goulart quase estourando uma guerra civil, foi resolvida devido ao congresso estipular como possível solução a implantação do parlamentarismo como alternativa política para o Brasil assim os militares aceitariam a posse de João Goulart.

O parlamentarismo começou a entrar nos meios políticos a partir de 1961, Jango se tornou presidente, porém com poderes reduzidos, grande parte do poder parlamentar estava concentrado nas mãos do primeiro ministro, no decorrer da política parlamentar o Brasil teve a formação de 3 gabinetes ministeriais:

O primeiro de Tancredo Neves de setembro de 1961 até junho de 1962, segundo Francisco Brochado da Rocha de junho de 1962 até setembro de 1962, e o terceiro de Hermes de Lima de setembro de 1962 a janeiro de 1963. (SCHWARCZ, 2018, p.429).

João Goulart ao entrar no governo possuía algumas pendências a resolver como a alta dívida externa avaliada em 3 bilhões de dólares que deveria ser paga para os credores internacionais ou seja os bancos americanos até 1964, sendo que o governo não tinha condições para pagar a dívida, resolver esse problema foi um grande desafio para o governo, também tinha que controlar a inflação no país que estava entre 30% e 40% dependendo do mês, elevada desde o final da segunda guerra mundial, organizar o sistema agrário, e também os meios educacionais principalmente a universidade que não tinha vaga para todos.

Devido ao fato de o governo estar atribuído com o parlamentarismo, não obteve sucesso em realizar algumas mudanças, pois estava a merce do primeiro ministro, seus poderes como presidente só voltaram a partir de janeiro de 1963:

Quando um plebiscito foi realizado no Brasil, foi realizado um questionamento com a população brasileira sobre a continuidade do sistema parlamentar no país, dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 votou a favor da volta do presidencialismo, após a realização da pesquisa os resultados oficiais trouxeram o poder do presidente de volta. (ARQUIVO NACIONAL BRASIL, 2012, p.434).

Jango preparou para a aplicação de dois planos extremamente importantes para o país, primeiro para a economia, João Goulart junto com o ministro do planejamento Celso Furtado organizaram o plano trienal:

o objetivo era organizar o controle dos gastos do governo principalmente do controle dos salários, para realizar o controle da inflação possibilitando que crescesse e fortalecesse a área financeira do país, abrindo a oportunidade do governo em arrecadar mais dinheiro para poder pagar a dívida externa até 1964. (FERREIRA, 2011, p.152).

O segundo plano organizado as reformas de base, estipulava a argumentação para organizar mudanças estruturais em diferentes áreas do Brasil, propunham a reforma agrária e a distribuição de terras improdutivas para quem não possuía terra, a reforma bancária e alterações no funcionamento das políticas dos bancos, a reforma tributária ou seja mudanças no impostos para ampliar as cobranças de quem tinha mais e diminuir dos que tinham menos, reforma educacional para resolver o analfabetismo e a falta de vagas nas universidades, reforma eleitoral e a inclusão do direito de votos para o analfabetos e também a reforma urbana que precisava combater a especulação imobiliária nos centros das cidades, dentre estas reformas a que mais se destacou foi a reforma agrária, envolvida por um clima tenso com os grandes proprietários de terras e com a constituição nacional devido a uma cláusula de 1946 que estipulava a indenização de expropriação a partir da reforma agrária, que deveria ser realizada depois do pagamento em espécie de acordo com o valor de mercado da propriedade, impedindo a realização da reforma pelo fato do país estar passando por uma crise econômica não era possível pagar o valor das

terras, como alternativa para contornar a situação o governo propôs que a indenização seria realizada depois do resgate dos títulos da dívida pública em um período de até vinte anos, em divergência os conservadores manifestavam que o valor deveria ser pago em espécie, e o governo propondo que fosse pago a longo prazo, congelou os debates sobre a reforma agrária, a partir de agosto de 1963 o governo não tinha mais estrutura para aprovar a realização da reforma agrária, principalmente por causa do desgaste criado pela tensão entre o debate fez com que o governo de Jango perdesse a base de apoio político que era composta por PTB- Partido Trabalhista Brasileiro e PSD- Partido Social Democrático, que aos poucos foi saindo da base de apoio ao governo e foi se aliando com a oposição que era representada pelos conservadores da ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, devido a perda de apoio contribuiu para o desgaste do governo de João Goulart devido aos atritos e a radicalização política, representada pela esquerda segundo Swarcz (2018, p.407) “por Leonel Brizola que propunha as mudanças estipuladas pelo governo ser aplicadas mais radicalmente, já a direita era representada por Carlos Lacerda que estava na liderança de grupos conservadores da ODM”, que vinha desde de 1961 trazendo um discurso golpista defendendo em todos os meios de um golpe político militar no Brasil, a situação se desestabilizou-se pelo fato de outros grupos políticos compactuarem propositalmente para realizar a desestabilização do governo de João Goulart, e estavam se preparando para um golpe militar segundo Rezende (2001, p. 198) “eram conhecidos como complexos IPES/IBAD, IPES Instituto de Pesquisa Sociais e o IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática, esses grupos receberam financiamentos estrangeiros, vindos principalmente dos Estados Unidos que vinha através da CIA”, esses grupos criavam pequenos documentários alguns vídeos e publicavam notícias contra o governo, discursavam contra suposta ameaça comunista, financiavam as campanhas eleitorais de candidatos conservadores, esses grupos eram compostos por grandes empresários brasileiros e membros da cúpula dos militares, e a partir de 1962 começaram a organizar a realização do golpe no Brasil e a deposição de João Goulart do cargo de presidente, ocasionado o desgaste e enfraquecimento do governo de Jango.

Em setembro de 1963 a rebelião dos sargentos realizada por alguns sargentos membros das forças armadas que conseguiram conquistar a cidade de Brasília e aprisionaram o presidente da câmara dos deputados e um dos juizes do Superior Tribunal Federal, o resultado da rebelião deixou exposta a facilidade de conquistar a cidade Brasília e isolar as políticas em vigor. (SCHWARCZ, 2018, p.442).

Em outubro de 1963 deixou claro que o sistema político estava indo ladeira abaixo após a tentativa de Jango de declarar o estado de sítio viabilizando o controle sobre a situação política e também ao decretar a prisão de Carlos Lacerda que havia decretado a intenção de derrubar João Goulart da presidência com a ajuda do exército americano acusando João Goulart de apoiar



o comunismo, perante a isso os militares propuseram a João Goulart decretar o estado de sítio, que acabou desagradando os setores conservadores do lado da direita e também os grupos políticos vinculados a esquerda.

A direita reagiu a proposta como um meio de tomada de poder por João Goulart favorecendo a esquerda, já a esquerda temia a imposição de um estado de sítio por causa da atuação dos movimentos sociais pelo fato dos direitos do cidadão serem reduzidos para que o governo possa realizar o controle das ordens sociais e política no país, temiam que os movimentos sociais fossem perseguidos pelos militares, a proposta foi rejeitada pelas classes políticas e foi retirada três dias depois de ser publicada, desestabilizando ainda mais o governo de Jango que já estava em crise, entre agosto e outubro de 1963 alianças em favor da consolidação aumentaram e também contavam com o apoio dos EUA que iniciou sua influência na política brasileira a partir de 1962 quando o governo de John Kenedy demonstra insatisfação com algumas propostas publicadas durante o governo de João Goulart com o parlamentarismo, por meio da CIA, os Estados Unidos começam a se interferir nas eleições políticas no Brasil em 1962 ocorreram as eleições para a composição dos deputados, senadores e governadores que recebeu financiamento dos EUA.

Em 1964 organizaram um golpe com intervenção militar caso a ditadura militar não obtesse sucesso esse plano ficou conhecido como operação Brother San, no mesmo ano João Goulart adotou uma nova estratégia política que estipulava o confronto contra o governo para que as reformas de base fossem realizadas a força, essa nova estratégia adotada por João Goulart no sentido de obrigar que as propostas fossem realizadas, foi consolidada a partir de 13 de março de 1964 quando o presidente realizou o discurso para 150 mil pessoas no Rio de Janeiro denominado discurso da central do Brasil vinculando a política de governo com a esquerda, desagradando os conservadores, que após seis dias do discurso realizaram em São Paulo no dia 19 março de 1964 a primeira marcha da família com Deus pela liberdade mobilizando cerca de 500 mil pessoas, a situação política entrou em um quadro de tensão muito grande, entre os dias 31 de março e 2 de abril foram realizadas todas as movimentações políticas no Brasil que levaram ao Golpe Civil-Militar que deu início a ditadura militar no Brasil.

Em 31 de março de 1964 se iniciou uma rebelião dos militares que estavam instalados em Juiz de Fora, Minas Gerais, esses militares marcharam até a cidade do Rio de Janeiro controlaram a cidade, após o dia 31 até o dia 2 de abril os congressistas brasileiros representados por Álvaro de Moura declararam vaga o cargo de presidente do Brasil e a partir do dia 2 de abril de 1964 o golpe civil-militar foi concluído e a junta militar assumiu o poder no Brasil em 4 de abril de 1964.

### 1.3 Golpe civil-militar e a implantação regime ditatorial

Em 1 de abril 1964 o general Olímpio Mourão Filho enviou tropas militares ao Rio de Janeiro declarou a deposição de Jango e também que o cargo de presidente estava vago, dando início a Ditadura Cívil-Militar que passou por três governos principais, segundo Ghiraldelli (2015, p. 149) “o primeiro de Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969), o segundo abrangeu o governo da junta militar e do general Garrastazu Médici (1970-1974)”.

A primeira ação dos militares foi emitir o ato constitucional nº 1 ou AI-1 que dava poderes máximos ao presidente dando a possibilidade de mudar a constituição sem consulta do congresso e também de caçar poderes políticos se fosse considerado uma ameaça ao congresso nacional, o presidente era Marechal Castelo Branco 1964.

Em 1965 lançou o AI-2 que adotava o bipartidarismo, desfez todos os partidos políticos, e instituiu que deveriam existir apenas dois partidos políticos ARENA- Aliança Renovadora Nacional apoiada pelos militares, e o MDB- Movimento Democrático brasileiro formado por uma união dos partidos opositores, as eleições eram indiretas para clamar como um governo democrata, Castelo Branco desenvolveu segundo Rezende (2001, p. 217) “o PAEG- Programa de Ação Econômica do Governo, o plano incentivava o investimento estrangeiro no país por empresas multi-nacionais e também a industrialização intensa focando nas indústrias de base”.

Após 1967 segundo Schwarcz (2018, p. 459) “Costa e Silva assume o mandato marcado pela violência e repressão encarado pelas manifestações contra o regime, é estipulado uma nova constituição que aumentava o controle do poder executivo, legislativo e judiciário.”

Em 1968 após a morte do estudante Edson Luíz que manifestava contra o alto preço dos restaurantes universitários, por um policial da PM, desencadeou uma série de protestos contra a repressão, sendo a maior delas a passeata dos 100 mil, depois destes acontecimentos Costa e Silva assinou o AI-5 que fechou o congresso por um tempo, declarou a censura a manifestações opostas a ditadura e impediu o acesso as informações do governo, a lei da imprensa declarava que jornais e televisão não teriam mais liberdade de expressão podendo ser punidos e multados se publicassem algo contra o governo, a partir desse decreto a perseguição a opositores políticos cresceu assim como a punição e técnicas de torturas.

Para combater a ditadura a esquerda utilizou armas como as guerrilhas urbanas, ou seja grupos terroristas, suas ações incluíam assaltos a agências bancárias e sequestros de embaixadores com o objetivo de trocá-los por presos políticos, a ideia central desse movimento era derrubar a ditadura para instaurar a nova ditadura do proletariado apesar dessas ações que

desafiavam o governo eram realizadas por pequenos grupos frágeis que não tinham dimensão política e bélica para derrubar os militares, não eram considerados uma ameaça, mas foram utilizados como argumento para prender, deportar, exilar e torturar centenas de pessoas que na maioria dos casos não tinham envolvimento com armas ou revoltas, essas pessoas em geral eram artistas, líderes estudantis, intelectuais, professores, qualquer pessoa que discorda-se do regime se tornava alvo de terrorismo do estado, a situação se repercutiu entre 1967-1974 ficou conhecido como anos de chumbo, durante esse período nasceu o movimento artístico Tropicalia segundo Schwarcz (2018, p.466). “Como reação política e cultural contra a censura e o conservadorismo liderado por Caetano Veloso, Torquato Neto, Gilberto Gil, muitos artísticas utilizavam de suas obras para expor sua manifestação contra a ditadura.”

Em 1969 assume o governo o general Emilio Medici, nesse ano ficou marcado pelo início do milagre econômico, o PAEG foi substituído pelo primeiro plano nacional de desenvolvimento econômico e obteve sucesso com os investimentos de multinacionais e ampliação do mercado interno e outras medidas a economia estava crescendo, as exportações triplicaram e os níveis de inflação baixaram, com alguns investimentos estrangeiros o governo financiou as indústrias de base, as indústrias que serviam de estruturas para a construção de outras indústrias foi responsável pela construção da infraestrutura que temos atualmente principalmente as empresas estatais, algumas dessas obras foram a Usina Hidrelétrica de Itaipu sendo considera a maior do mundo, Usina Nuclear de Angra, Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica apesar de nunca finalizada gerou conflitos intensos com os povos indígenas da Amazônia que foram deslocados de suas terras violentamente ou exterminados.

Em 1973 o Brasil passa pela crise do petróleo, os países árabes que participavam da OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidem fazer um embargo econômico, a suspensão de negócios com os Estados Unidos e outros países que apoiaram Israel na Guerra do Yom KI, aumentaram o preço do petróleo em 400%. (NAPOLITANO, 2014, p.157).

Impactando econômica de diversos países incluindo o Brasil dando fim ao milagre econômico desencadeando a desigualdade entre classes sociais, ocasionando greves e protestos por melhores salários que foram controlados pela repressão, o indvidamento externo do Brasil cresceu que repercutiu uma alta taxa de inflação durante o final decada de 1970 e no decorrer dos anos 1980.

Em 1974 entra no governo o general Ernesto Geisel que inicia de forma gradual o processo lento da ditadura para democracia, flexibilizando o AI-5, permitindo a propaganda política, para controlar a crise do petróleo Geisel investiu no setor energético impulsionando a Petrobras e o mercado interno, no final de seu mandato aboliu o AI-5 que estabilizou a abertura

do regime, com o avanço na abertura do regime, passou o governo para João Figueiredo em 1979, que logo assumiu a lei da anistia política que anulou as ações consideradas crimes políticos durante todo o período do regime, permitindo do retorno dos acusados de crimes contra a pátria que estavam em exílio em outros países, e foram absolvidos tantos os militares que atuaram na ditadura e seus crimes quanto os cidadãos que foram contra o regime, permitiu a volta de partidos políticos, surgindo novos partidos segundo Rezende (2001, p. 283) “como PT- Partido dos Trabalhadores, PMDB- Partido Movimento Democrático Brasileiro”, entre outros, no mesmo ano a crise do petróleo se disseminou causando crise econômica e ideologia pois a inflação e a dívida externa ainda assolavam o governo e a população brasileira, por isso grupos de conservadores e a extrema direita eram contra a abertura do governo, atentados foram mobilizados para coibir a ação de grupos de esquerda como o atentado do Riocentro ou casa do Riocentro em 30 abril de 1981 no Rio de Janeiro durante um show em homenagem ao dia do trabalhador, a intenção dos militares era explodir o palco e o local do show, porém no percurso ocorre um acidente com o carro um puma onde estavam os militares com as bombas, durante o acidente um militar morreu e o outro fica gravemente ferido impedindo o atentado do Riocentro, a bomba explode nas mediações do local.

Após diversas crises, em 1984 a população decidiu ir para a rua protestar por eleições diretas para presidente o movimento ficou conhecido como Diretas Já porém não conseguiram passar pela emenda que declarava o voto direto.

Em 1985 Tancredo Neves foi o escolhido indiretamente pelo colégio eleitoral como presidente, mas morreu antes de assumir a presidência, assim seu vice José Sarney assume como primeiro presidente não militar depois de 21 anos finalizando o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, abrindo as portas da política para a democracia no país.

## **2. Concepções e políticas de educação no Regime civil-militar**

Perante as mudanças educacionais demonstradas no começo deste artigo estavam transmitindo um paralelo de discussões voltadas para a área do ensino que carecia de novos olhares sobre sua estrutura educacional, que repercutiam no desenvolvimento de seus cidadãos, a discussão já estava em pauta desde o estado novo, durante a era Vargas porém interventores políticos e religiosos barraram o desenvolvimento de novos projetos para o campo educacional acaretando um sistema de ensino frágil, precário, desestruturado e seletivo devido ao fato de não proporcionar um ensino de qualidade para todas as classes sociais, a escola era um privilégio para poucos e o segundo grau ainda mais desigual, e de difícil acesso, a partir do

desenvolvimento da industrialização trouxe os olhares dos brasileiros para uma nova perspectiva social denominada desenvolvimentista, que foi transformando o cotidiano social e ideológico dos brasileiros, transmitindo novos métodos de pensar o sistema capitalista do país, que possuía pouca experiência no meio das indústrias que serviram como manobra para criar-se uma ideologia progressista, planejando um quadro evolucionar na população que era assolada pela desigualdade de classes e altas taxas de inflação que chegavam a 30% ou 40 % mensalmente, acarretando uma taxa de pobreza elevada que atingia grande parte da população, em meio a esse suposto projeto desenvolvimentista que designava ao progresso nacional foi voltado os olhares políticos em relação ao problema vivido pelas classes sociais mais pobres, pois o progresso nacional deveria envolver a estrutura social inteira, remodelando a perspectiva social das classes sociais trazendo novas ideias possíveis para o desenvolvimento social como um todo, a principal fonte do começo da mudança foi repensar a rede de ensino no Brasil, que como sempre estava em situação crítica, e carecia de mudanças, ganhou ênfase após as discussões, pois a educação seria o meio de preparação na formação dos próximos cidadãos que iriam ir para o mercado de trabalho, e se formariam capacitados para atender as necessidades que o sistema capitalista que necessitava de mão de obra qualificada e barata.

Foi desenvolvido como método para organização educacional o lançamentos de novas propostas educacionais como a LDB lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que mantinha estrutura tradicional do ensino, o sistema era organizado segundo a legislação anterior da seguinte maneira o ensino pré-primário constituído de escolas maternais e jardins de infância; ensino primário de 4 anos com chance de ter 2 anos acrescentados com programa de artes aplicadas, o ensino médio dividido em dois ciclos o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, e o ensino superior com a mesma estrutura estipulada anteriormente.

Em setembro de 1962 foi lançado outro órgão público destinado a educação o PNE- Plano Nacional de Educação para o período de 1962 a 1970. Aparentemente estas metas não foram alcançadas, tinham como objetivo completar as metas até 1970, porém não obteve o êxito de resolver a democratização do ensino no Brasil.

Em 1964, após a deposição do presidente João Goulart por meio de um golpe militar e a instauração da Ditadura Civil Militar no Brasil, as transformações no meio educacional citadas no parágrafo acima perderam o foco completamente, a LDB foi praticamente esquecida, não saiu da rede pública porém sofreu alterações, a PNE e a CFE foram retiradas de suas funções na educação, a partir desse ano a política em si passa por mudanças de governo e muda o clima social, e na educação essas mudanças repercutiram de forma simbólica na formação de uma rede de ensino que caracterizaram o cotidiano escolar ao longo dos 21 anos que a ditadura civil-

militar esteve no governo do Brasil, após 1964 o IPES ficou encarregado de formular um simpósio sobre a reforma da educação, sua realização foi em dezembro de 1964, neste documento básico que relacionava o desenvolvimento econômico que assegurava a produtividade de renda, o ensino médio tinha o objetivo a preparação dos profissionais necessários para o mercado de trabalho, e o ensino superior formar mão de obra qualificada para atender as demandas das grandes empresas. Após 1964 varios educadores que tinham grande influência no meio educacional como segundo Cunha (2015, p. 25) “Paulo Freire, Anísio Teixeira, Rubem Alves dentre outros perderam seu apogeu em geral foram perseguidos e acabaram se exilando em outros países”.

A constituição lançada em 1967 pelo governo especificava claramente que o descomprometimento do estado em relação ao financiamento da educação pública e o incentivo a privatização do ensino. Foi extinguido as porcentagens mínimas de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Manteve em questão a obrigatoriedade dos municípios de investir 20% da receita tributária municipal por ano designados ao investimento do ensino primário:

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%. (SAVIANI, 1991, p.157).

Em consequência disto o governo foi cada vez mais fazendo cortes no investimento educacional como mencionado por Saviani (1987. p. 98) “em consequência da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, o governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação: “desceu de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5, 20%”.

Estipulava que a União deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, porém não demarcava a porcentagem de verbas que deveriam ser aplicadas, não tinha a garantia que essa quantia era recebida por estes órgãos públicos.

O governo militar capacitou a privilegiação das camadas de rendas mais elevadas e os setores empresariais em relação as áreas da saúde e previdência que se tornaram mercadorias de alto custo privilegiadas e destinadas a ter acesso somente as altas classes sociais. Na educação as verbas destinadas a investimento por meio da União foram designadas as escolas particulares.

O incentivo a privatização dominou a pré-escola alcançou o 2º grau e se perpetuou no ensino médio, resultando que apenas uma pequena parcela da população em geral das classes mais altas teve acesso ao ensino aos níveis de ensino mais elevados, enquanto as demais classes sociais da população nem sequer obtiveram acesso a escola devidamente.

Perante os anos de 1964 até 1968 foram lançados programas de cooperação para o desenvolvimento da educação brasileira alguns se estenderam até 1971, entre esses grupos eram segundo Ghiraldelli (2015, p. 147) “relacionados entre a relação de americanos e brasileiros em acordo com MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura/United States International for Development)”.

Este financiamento tinha como finalidade obter o funcionamento e organização administrativa e planejamento e treinamento dos docentes e técnicos para controlar os conteúdos em geral da rede de ensino, por meio de acompanhamento das publicações de livros didáticos, que sofreram desaprovação pelo UNE (União Nacional dos Estudantes) que faziam denúncias em relação a esses pois os livros publicados por essa organização eram formas de subordinação por meio da educação em favor de interesses dos norte-americanos.

Após o lançamento da constituição federal de 1967 especificava entre seus parágrafos a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, e se expandir em 8 anos, a nova lei que visava a reformulação de uma nova LDB para os 1ª e 2ª graus, mas ao mesmo tirou a obrigatoriedade de a união ser responsável pelos recursos financeiros educacionais, o que tirou a estabilidade do ensino.

As reformas feitas pela constituição de 1967 desencadearam em um novo lançamento da LDB que foi promulgado até 1971, em 11 de agosto de 1971 foi publicada a lei nº 5.692 Diretrizes e Bases, que foi o marco principal da reforma no sistema educacional:

Comenta que essa lei teve o propósito de possibilitar um tipo determinado de formação, com o objetivo de que essa formação pudesse concorrer para a auto-realização do educando, para sua qualificação visando o exercício de uma atividade profissional e para sua atuação consciente no meio social e político em que vive. (ROMANELLI, 1996. p. 237).

A educação teria que promover o envolvimento entre cultura geral e básica com educação para o trabalho, entre seus entrepostos as mudanças traziam dois pontos principais que mudariam o sistema educacional e sua estrutura, a obrigatoriedade de 8 anos ao invés de 4 anos, a denominação do ensino de 1ª grau que era a junção do ensino primário com o ginásio, que envolvia a faixa etária de 7 a 14 anos, e a adição do ensino profissionalizante para o 2ª grau, também retirou o exame realizado para aqueles que iriam para o 2º grau, só se ingressa no

ensino médio quem passava por um exame de admissão, que após 1971 foi retirado do sistema educacional.

Essas mudanças significativas na educação tiveram como entre oposto a situação social na década de 1970 em que o país estava passando por uma crise econômica devido a elevação do preço do petróleo ocasionando o fim do “milagre econômico”, neste contexto o principal setor a sofrer com mudanças na educação, porém o estado teria que rever suas ações apesar da crise que estava enfrentando pois tinha a pressão de classes mais altas que queriam presenciar um ensino mais consistente em geral no ensino do 2º grau seja na escola pública ou privada pois era classe social que obtinha acesso a esse nível. O estado também tinha como objetivo um controle ideológico para conter a não crítica social e política, tendo como propósito desmontar os movimentos estudantis, e formular a educação com os meios capitalistas agregando a educação com o trabalho.

Entre os parágrafos da lei, vinha a proposta do ensino profissionalizante universal e compulsório, que foi utilizado como meio de desviar o público jovem que se candidava ao ensino superior, porém não conseguia ingressar pois as universidades não tinham vagas para todos, mesmo passando no vestibular segundo Romanelli (2014, p.203) cita que “a oferta, apesar de ter crescido, ficou aquém da demanda. Essa defasagem teve seu ponto alto no acúmulo sustentável dos “excedentes”, candidatos ao ensino superior que, embora aprovados nos exames vestibulares, não logravam classificação para as vagas oferecidas naquele nível”, e após a reforma do ensino superior, ela ficou sobre o apogeu das classes média e alta, sendo as únicas que tinham acesso as universidades, esse projeto tinha como cunho e finalidade e profissionalização, que seria utilizada por seus alunos como meio de justificar que concluíram o ensino médio e estavam capacitados para desempenhar suas atividades no mercado de trabalho, era visado que o aluno após se formar no ensino médio ficaria contente em ter uma profissão ao ingressar no mercado de trabalho, perdendo a vontade de ingressar no ensino superior, pois o ensino médio já havia capacitado para sua formação profissional.

Desenvolvendo uma desigualdade social e educacional, projetando uma divisão de acessos de acordo com a classe social, especificando que cada uma tem direitos e acessibilidade distintas, quanto mais elevado o nível de ensino mais privilegiados a poucos, e visava a separação de cargos de acordo com a classe social, para aqueles mais pobres a escola se tornou interloctura de preparar seus alunos para o mercado de trabalho desenvolvendo a economia nacional, que carecia de mão de obra qualificada para suprir a demanda de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, insinuando que esse seria o ponto chave para a auto-realização pessoal do aluno, e a consciência da cidadania:



Após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual. SAVIANI (2007, p.157).

Porém a implantação do ensino técnico no 2º grau não saiu como o esperado pois o sistema educacional ficou sob responsabilidade dos estados que em geral não estavam prontos para suprir a demanda de acordo com as novas tendências estipuladas pela lei no ensino profissional, devido ao fato de não ter profissionais capacitados para atuar nas salas de aula em diversas áreas, os professores em geral tinham formação nas disciplinas básicas educacionais que não envolviam práticas industriais, os cursos postos eram especialidades que não envolviam pesquisa ou uso de uma biblioteca, possuíam materiais específicos para esses cursos, geralmente eram técnico de contabilidade ou auxiliar de contabilidade, técnico em administração, magistério entre outros, além de outros problemas como os prédios serem adaptados, os espaços muitas vezes não estavam disponíveis, alguns administradores escolares passavam a cobrar taxas, pois esse nível de ensino não estava posto legalmente como gratuito até então. Além de serem muito criticadas pelos alunos no ensino privado, pois consumia horas aula das disciplinas em que colaboravam para melhor desempenho daqueles que tinham interesse em ingressar no ensino superior, além de manifestarem ao contrário das taxas cobradas ao ensino público para o financiamento do ensino tecno-profissionalizante.

O ensino básico foi dividido em dois termos o ensino regular e supletivo, o regular era composto pela rede estadual e municipal do 1º e 2º grau, já o supletivo abrangia instituições particulares como:

SENAI, SENAC, MOBRAL entre outras, eram exclusivas a jovens acima dos 14 anos que não completaram a formação na faixa etária regular, ou que só completaram o 1º grau, era visto como uma forma de completar o ensino profissional. (CUNHA, 2015, p.13).

No ano de 1970 marcou o início de um programa desenvolvido pelo governo o MOBRAL-Movimento Brasileiro de Educação, foi criado em 1967 e lançado em 1970 que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo do país em dez anos, visava a educação de jovens de adultos, expandiu-se em nível nacional, ficou em atuação até o final da década de 1970, depois foi substituído segundo Cavalcante (2018, p. 112) “em 1985 pelo Projeto Educar, no princípio não mudou sua estrutura, sofreu fortes críticas por somente ensinar ler e escrever acreditando que o programa poderia reformular sua estrutura, assim como outros programas não

cumpriu todas as promessas, ficando somente com o intuito de alfabetizar apesar do sua expansão foi retirado da gestão."

## 2.1 Currículo e organização das disciplinas

Os militares utilizavam por meio escolar sua dominação direta sobre a sociedade, forjavam uma não existencia dessa dominação, desejavam uma suposição democrática desejada por todos, por meio de propagandas como “Brasil um país que vai pra frente” dentre outras essa dominação democrática foi perdendo a força acabando no final de 1987, gerando descontentamento popular, e protestos em prol do fim do regime e a volta do sistema democrático por meio do voto popular.

Mediante ao contexto abordado após as reformas da LDB, a estrutura organizacional e curricular das disciplinas foram as que mais sofreram mudanças, eram desenvolvidas pelo estado que tinha como objetivo e preocupação a formação dos cidadãos que compactuassem com a demanda do governo, foi lançadas novas leis com objetivo de conduzir esses alunos para a sociedade no futuro atendendo os objetivos do governo em formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho assim sendo como marco inicial a Educação Moral e Cívica Lei – nº. 869 de 12 de setembro de 1969, esta foi a primeira de outras disciplinas que serão explicadas agregadas ao currículo para conduzir esses alunos a concordarem com o que o governo estipulava. Essa disciplina já esteve no contexto educacional durante o segundo reinado após a Reforma Couto Ferraz, de 1854, na educação primária, porém era dívida segundo Mattos (2000. p. 67) “em instrução moral e religiosa, elementos da história e geografia do Brasil.

A lei foi implantada durante o regime com o objetivo de desenvolvimento da sociedade e da segurança nacional, sem resistências e questionamentos em relação ao trabalho do governo nacional, e como citada na constituição nacional:

Os objetivos autoritários e vigilantes estavam encobertos sob a justificativa de adequar a Educação ao otimismo econômico em que o país mergulhava, ou seja, a importância do campo educacional estava vinculada à delicada tessitura que constitui o desenvolvimento do país. (BRASIL, 1971).

Induzia-se que a formação para a cidadania deveria ser conduzida através de exemplos, leitura e reflexão de temas cívicos e morais. Acreditava-se que os “bons hábitos” seriam mais facilmente aprendidos pelos alunos se estes tivessem exemplos concretos do que é o “bem servir” à família, à comunidade, à escola e à Pátria.

Foi introduzido também outras disciplinas na grade curricular, após as mudanças essas novas disciplinas com caracter militarista tomaram lugar de outras disciplinas sendo as mais afetadas as da área de humanas como filosofia, sociologia, história e geografia, no lugar foi introduzido Estudo de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, entraram em vigor após a LDB de 1967, essas novas disciplinas tinham como perfil um contexto mais voltado ao meio político, abrangendo conteúdos que fomentavam a aprendizagem sobre o contexto em que estavam vivendo, e o olhar mais revelador sobre a situação atual, em que pontos o país tinha que melhorar, devido a alta inflação neste, o principal objetivo era passar uma imagem positiva do contexto governamental, que estava preocupada com o futuro da nação por isso o meio público que mais sofreu com o regime foi a educação, pois é a mediadora em ensinar o aluno a questionar e pensar sobre os meios políticos e compreender que certas atitudes não eram certas, por isso que entre as áreas do conhecimento, a que mais foi sucateada a área de humanas, que em geral é a que discute política.

As materias de educação Moral e Civica, Estudo de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, continuaram em vigor até 1993, quando o presidente Itamar Franco atraves da lei nº 8.663, derrubou a as disciplinas em 14 de julho de 1993, após declarar desnecessária.

## **2.2 Resquícios do período**

Perante o histórico do ensino no Brasil não receber a devida atenção isso desencadeou uma situação crítica no nível educacional, e durante a ditadura militar não foi diferente, a princípio no decorrer dos anos de 1964 a 1985, a escola praticamente perdeu seu princípio básico de ser um lugar de aprendizagem, foi incorporado em seu currículo novos meios que se dissiam educacionais em prol de preparar seus alunos para sua realização profissional ao entrar no mercado de trabalho pois acreditavam que o aluno tendo por meio da escola uma preparação profissional seria eficiente de acordo com as demandas do mercado de trabalho, perante essa realização profissional o aluno perderia o foco de tentar ingressar no ensino superior, por isso a tendência do ensino técnico agregado a escola, em virtude do país estar passando pelo milagre econômico, acarretando o acesso as universidades sendo específicos para uma determinada classe social, no caso as mais elevadas, pois eram as únicas que tinham condições de se manter no meio universitário, por isso foi demarcado com um período de desigualdade social e educacional, pois como citado no decorrer do texto os investimentos foram praticamente cortados após 1967, transformando o ensino que já era dos melhores em totalmente precário.

Aparentemente essa política educacional ainda deixa resquícios, pois apesar da ditadura ter caído em 1985, ainda deixou fragmentos, sendo eles que mais afetam o sistema educacional, que ficou a mercê do governo, apesar das trocas de partido político permanecia a mesma questão a falta de investimento, má estrutura das escolas, a falta de acesso ao ensino médio, a falta de escolas para suprir a demanda de alunos, dentre outros problemas que ainda perpetuando atualmente, contudo a taxa de analfabetismo diminuiu consecutivamente.

Após as mudanças, este modelo educacional durante o regime deixou resquícios que foram resgatados e novamente aplicados de forma mais sucinta aprovada em 2017 durante a reforma do ensino médio e o congelamento de novos orçamentos e investimentos para desenvolvimento do progresso educacional e a reforma das disciplinas não foram retiradas porém perderam espaço e horas aula, foram organizadas por áreas do conhecimento como ciências humanas e sociais aplicadas, ciências da natureza e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias e linguagens e suas tecnologias, agregada a grade forma adicionadas novas disciplinas projeto de vida, eletivas sendo elas Mundo do Trabalho, Cultura e Tecnologias Digitais e Iniciação Científica, o ensino médio noturno será de 4 anos ou contrário dos outros dois turnos que permanecem 3 anos, devido a adição das eletivas e as novas disciplinas, em geral essa reforma traz de volta a abordagem da profissionalização novamente, trazendo características similares ao do regime, que entraram em vigor em pleno 2022, demonstrando que ainda tem muitos resquícios da política militar envolvida na atualidade que apesar de não estarem mais no poder ainda estão presentes e sendo resgatadas aos poucos, e desestabilizando sistemas sociais mais principalmente a educação trazendo novamente a precarização do ensino e sua acessibilidade as classes mais altas da sociedade.

### **3. Conclusão**

Conclui-se que após a discussão feita sobre o rumo da educação no Brasil, entende-se que este meio já estava passando por modificações antes da declaração do golpe, pois o sistema educacional carecia de modificações devido ao fato de ser esquecido pelo estado, disponibilizava a população uma aprendizagem rasa pois as instituições eram escassas e de péssima infraestrutura, a educação já estava em pauta durante a Nova República, foi feita a Lei da LDB Lei de Diretrizes e Bases em 1996, porém não foi aprovada e a discussão foi arquivada, ela resurge durante a década de 1960, pois o país estava passando por um movimento desenvolvimentista-nacionalista que o mercado nacional abriu as portas para novas perspectivas de mercado, a industrialização já estava se enraizando durante o governo Juscelino

Kubitschek e se perpetuou mesmo com a desistência de Janio Quadros do cargo de presidente, após a posse de seu vice João Goulart, a educação entrou novamente em discussão devido ao fato do desenvolvimentismo estar presente vinculado com a industrialização e o investimento de capital estrangeiro no âmbito nacional que movia a economia do país, o sistema carecia de mão de obra qualificada e pessoas capacitadas para atender a demanda do mercado de trabalho, visando o desenvolvimento da economia nacional.

Após o golpe militar sobre o então presidente João Goulart, o sistema educacional assim como o cotidiano do país mudou drasticamente, pois a educação mudou seu vies educacional, foi sistema foi modificado de acordo com a demanda do governo militar.

A LDB permaneceu em vigor porém foi sofrendo modificações, PNE foi cancelada, assim como outros conselhos educacionais, o ensino foi organizado para atender outra necessidade fora da questão de aprendizagem, após 1967 deixou de ser responsabilidade da união e do estado que antes tinha a função de mandar 20% de investimento no sistema educacional passou a ser papel dos municípios, causando desestruturalização nas escolas pois muitos municípios não tinham verbas o suficiente para investir na educação ocasionando descontentamento tanto de alunos como professores, pois as escolas ficaram em situação precária, marcando desenvolvimento do ensino privado, em geral a união mandava verbas para as escolas particulares pois estas geram lucros para o governo e a entidade privada, a introdução do ensino técnico foi uma característica presente durante o governo pois foi a primeira experiência deste sistema na educação no Brasil, tinha como meta atender as necessidades dos alunos em serem preparados para o mercado de trabalho, o ensino técnico também foi utilizado como meio de atender a necessidade dos alunos que não conseguiriam ingressar no ensino superior pois as vagas eram super concorridas, as universidades não tinham todos os cursos, até aqueles que passavam nos vestibulares não conseguiam em geral ingressar por falta de vagas, eram destinadas a aqueles que podiam pagar a mensalidade, a expectativa do governo era que a formação técnica garantisse a esse cidadão a capacitação de conquistar a tão desejada vaga no mercado de trabalho pois este já tinha o diploma para desempenhar suas atividades no ramo.

Porém o ensino técnico junto com as outras modificações na estrutura educacional trouxeram transtornos e precarização na aprendizagem devido ao fato de a maioria das escolas não terem suporte para atender as novas leis na educação, pois após introduzirem o ensino técnico e a adição de novas disciplinas estas carecem de materiais e salas preparadas para desenvolver as atividades vinculadas com essas novas disciplinas, pois muitas destes não tinham recursos, e em geral não possuíam professores capacitados para darem aulas sobre as referidas matérias, esses profissionais se adequavam de acordo com seu entendimento e

material disponibilizado para darem suas aulas, essas mudanças causaram descontentamento nos alunos principalmente nas escolas particulares, pois essas disciplinas tiraram horas aula de outras matérias importantes em especial as matérias da área de humanas que foram as que mais perderam espaço, essas como outras disciplinas eram essenciais para os alunos que iriam ingressar no ensino superior.

Porém também, tiveram mudanças positivas pois após a LDB de 1967 o ensino obrigatório passou a ser de 8 anos no ensino ginásial que anterior a lei eram somente 4 anos, o exame de capacitação para entrar no ensino médio foi cancelado, o aluno depois de finalizar o ensino fundamental ingressava o ensino médio sem precisar realizar exames.

Em um contexto geral conforme a análise descrita ao longo desse artigo a educação foi ao longo dos anos de 1964 até 1974 passando por diversas modificações que foram ocasionando mudanças que desconfiguraram a educação e seu perfil educador, pois a educação estava na mão da união esta foi utilizada como um dos meios do governo expandir seus interesses sobre a população, por isso a integração de novas disciplinas na grade escolar, tirando o espaço de disciplinas como história, filosofia, sociologia dentre outras em sua maioria da área das humanas pois estas fazem discussões sobre política e história, algo que o governo não queria que os alunos discutissem sobre o tema pois estes concluiriam que certas atitudes presenciadas no cotidiano eram erradas.

A presente precarização do ensino devido ao fato dos professores terem seus salários reduzidos e a falta de investimentos são características presentes atualmente devido ao fato do sistema educacional ainda sofrer com esses problemas, estes ainda são resquícios das políticas educacionais presentes durante a ditadura civil-militar, que perpetuam nos meios educacionais outros formas de desestabilizar o ensino foram presenciados pelos educadores como a reforma do ensino médio e a PEC 421- Projeto Educativo Comum, propostas que contém objetivos de induzirem ao congelamento nos investimentos em educação e reconfiguração do currículo escolar tirando o espaço de algumas disciplinas essas como outras reformas são os fragmentos das políticas educacionais aprovadas durante a ditadura.

### Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Os presidentes e a República:** Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

ASSIS, Renata. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3GozoVk>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1ª e 2ª graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6592, 18 ago. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2GqzWds>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira; NETA, Olívia Morais de Medeiros. A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985). **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 30, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3UQZq7Q>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GARCIA, Edilia Coelho. **Educação moral e cívica na escola média**. São Paulo: Ática, 1976.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, out./dez. 2014.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. *In*: CERRI, Luis Fernando. **O ensino de história e a ditadura militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. 365 p.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina, PR: UEL, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLIG, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VIEIRA, Rosângela Lima. **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.